Ofício nº 0107/2019-PROGEPE

Recife, 25 de abril de 2019.

DA: PROGEPE
PARA: Diretoria de Controladoria e Gestão de Riscos – DCGR/PROPLAN

Referência: Processo 00215.100163/2019-94
Solicitação de Auditoria: 201900521/03

Senhora Diretora,

Com o objetivo de viabilizar os trabalhos de auditoria que estão sendo realizados pela Controladoria Geral da União – CGU, referenciados no mencionado Processo, a Universidade Federal de Pernambuco por intermédio da sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida – PROGEPE se pronuncia conforme segue:

Solicitação da CGU:

“1) Informar se o Controle Eletrônico de jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos está atualmente funcionando em caráter definitivo, para todos os devidos efeitos, em conformidade com a Resolução 4/2017 do Conselho de Administração dessa Universidade e ainda:

a) em caso afirmativo, apresentar relatórios gerenciais correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019;

b) caso contrário, justificar a ausência de controle eletrônico efetivo da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos”.

Manifestação da Gestão:
O controle de assiduidade e pontualidade dos servidores técnicos administrativos da UFPE foi iniciado em um “plano piloto” sem reflexos na folha de pagamento, no período de janeiro a março de 2018 com acompanhamento paralelo do seu sistema manual e a partir de 02 de abril de 2018 passou a funcionar em caráter definitivo.
Encontram-se disponíveis na página da PROGEPE https://www.ufpe.br/progepe, além dos normativos vigentes (Resolução 02/2014, 03 e 04/2017) vídeos contendo orientações para acesso ao sistema eletrônico de ponto, adicionados de uma Cartilha composta de indagações e respostas pertinentes ao registro de assiduidade e pontualidade.

Por determinação de Ação de Procedimento Comum ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFPE, foi deferido para que a Universidade volte a utilizar o sistema de ponto eletrônico de forma experimental por 60(sessenta) dias, sem incidências de quaisquer prejuízos financeiros ou funcionais sobre servidores, em razão do ponto eletrônico.

Além do deferimento desse prazo para sondagem do sistema, a UFPE por intermédio da PROGEPE e do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI adotou medidas para atender a mencionada Ação nos seguintes pontos:

- **Implementação de pontos eletrônicos em todos os setores**

Para a implementação desta demanda, a UFPE por meio da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas, do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) efetuou estudo técnico complementar para novas aquisições de equipamentos de registro eletrônico de frequência. Procedimentos estes que foram viabilizados gerando novas aquisições de aparelhos de relógio eletrônico com a finalidade de atender as demandas para ampliação e possíveis reposições em todas as Unidades da UFPE.

A aquisição desses equipamentos eletrônicos com leitura biométrica para o registro e o controle diário da frequência dos servidores foi realizada e está compatível com o sistema gestor de ponto Ahgora PontoWEB, incluindo a instalação dos equipamentos e garantia.

A compra dos aparelhos foi efetuada e é justificável, considerando que o sistema eletrônico de ponto adquirido em sua primeira etapa de implantação na UFPE é fabricado e comercializado no Brasil exclusivamente pela empresa AHGORA SISTEMAS S/A, sendo este fato comprovado por certificado de exclusividade, devidamente reconhecido por órgão especializado.

- **Problemas técnicos com o registro biométrico**

Os elementos técnicos do sistema de ponto eletrônico da UFPE atualmente se encontram apresentando inconsistências na sua configuração ocasionadas por danos causados nos aparelhos, o que gerou providências pela PROGEPE com abertura de processos de sindicância para apuração dos fatos. O resultado obtido nos Relatórios Conclusivos das Comissões instauradas foi de que a UFPE providenciasse a instalação de câmeras de segurança com o intuito de total monitoramento do patrimônio público, e adotasse providências administrativas para os casos identificados. Com vistas nesse resultado as câmeras foram compradas, cuja entrega está sendo providenciada pelo fornecedor para as devidas instalações.
- Ausência de emissão de relatórios ou espelho de ponto
O espelho de ponto pode ser visualizado através de computadores e celulares, podendo ainda emitir os extratos diários de registro de ponto em sua unidade de lotação ou serviço de atendimento ao servidor da UFPE. Todos os usuários do sistema de ponto eletrônico da UFPE podem acompanhar on line o seu espelho de ponto.

- Inobservância do valor reduzido da hora noturna laborada pelos servidores
O sistema de controle eletrônico de ponto da UFPE está configurado para cômputo de horas noturno, entre 22h e 05h00minh sendo registrado à hora noturna de 52min30seg, para o registro da carga horária dos servidores.

- Problemas técnicos com a configuração dos pontos no que tange à data e horário
Possíveis problemas técnicos de configurações dos equipamentos podem ocorrer em função de falhas elétricas ou de rede. Em virtude destas situações as configurações dos relógios do ponto eletrônico (data/horário), podem apresentar alterações, porém são tempestivamente sanadas pela equipe técnica da UFPE sem quaisquer penalidades ou prejuízos funcionais ou remuneratórios, decorrentes de problemas dessa natureza.

Para funcionamento dos relógios se faz necessário à instalação das câmeras, dos pontos elétricos e de redes nas Unidades da UFPE, que ora estão sendo providenciados com a atuação do NTI e da equipe da SINFRA.

Solicitação da CGU:

"2) Informar com relação à adoção de jornada de trabalho flexibilizada no âmbito da UFPE:

a) Quais os setores que atualmente adotam a jornada flexibilizada; caso haja, apresentar junto com a relação dos setores beneficiados o instrumento de concessão, a relação de servidores em jornada flexibilizada e os seus respectivos horários de trabalho;

Manifestação da Gestão:
A autorização para flexibilização da jornada de trabalho foi concedida apenas para 21 unidades lotacionais, ou seja, 12,65% das 166 unidades lotacionais da UFPE demonstrando assim que o ato administrativo foi realizado de modo criterioso e visando o interesse público e a qualidade dos serviços prestados.

Diante da publicação da Instrução Normativa nº 02 de 12 de setembro de 2018, expedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MPDG que também indica orientações pertinentes à jornada de trabalho aplicáveis aos servidores públicos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional a UFPE, em observância as recomendações dos órgãos de Controle e as novas determinações na mencionada IN, suspendeu a jornada de trabalho flexibilizada dos seus servidores técnico-administrativos a partir de 01/02/2019 de acordo com a “Decisão do Reitor” de 12/12/2018, publicada em B.O. UFPE, 53, 113 especial (cópia anexa) até que o Conselho de Administração aprove nova resolução.
b) Do andamento dos trabalhos e possíveis resultados apresentados pela Comissão designada pelas Portarias nº 4557/2018 e 5.104/2018, a qual foi instituída para revisão e adequação dos normativos internos da UFPE aos ditames da Instrução Normativa nº 02/2018, de 12/09/2018 expedida pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual estabelece orientação, critérios e procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, quanto à jornada de trabalho aplicável aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional”.

A PROGEPE em cumprimento a Decisão do Reitor expediu o Ofício Circular de nº 01/2019(cópia anexa), orientando os Diretores e Chefes das Unidades organizacionais a respeito dos procedimentos que deveriam ser adotados para o funcionamento de cada Unidade Gestora, observando-se a jornada de trabalho 40(quarenta) horas semanais dos servidores técnico-administrativos em educação na UFPE.

As unidades que exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho noturno, deverão submeter o processo à aprovação da Comissão Geral de Jornada Flexibilizada e após parecer dessa Comissão, direcioná-lo ao Reitor para homologação.

A Comissão designada para rever e adequar os normativos internos da UFPE, tem efetuado as atualizações pertinentes e está finalizando a Minuta de Resolução, elencando os Setores que funcionarão em jornada flexibilizada. Essa Minuta englobará as determinações contidas nas Resoluções 02/2014, 03 e 04/2017 adequando-as às determinações da IN de nº 02/2018 do MPDG e em seguida será encaminhada à Procuradoria Geral Federal/UFPE para pronunciamento; sendo posteriormente encaminhada ao Conselho de Administração que, por competência, irá apreciar e aprovar a citada Resolução.

Atenciosamente,

Sônia Maria M. de Menezes
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida